

Principais tópicos:

1.1. INTRODUÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 1.1.1. O dever geral de licitar 1.1.2. Base legal 1.1.3. Princípios 1.1.4. Fases 1.1.5. Modalidades 1.1.6. Novidades da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e Instrução Normativa SEGES nº 73/2022 2.2. PREGÃO 2.2.1. Histórico 2.2.2. Conceito 2.2.3. Benefícios do Pregão 2.2.4. Aplicabilidade do pregão 2.2.4.1. Bens e serviços comuns 2.2.5. Princípios do pregão 2.2.6. Atores 2.2.6.1. Pregoeiro 2.2.6.2. Equipe de apoio 2.2.6.3. Autoridade competente 2.2.6.4. Segregação de função 2.2.7. Fases do pregão 2.2.8. Noções gerais sobre forma de compra 2.2.8.1. Tradicional 2.2.8.2. Registro de preços 3.3. FASE INTERNA 3.3.1. O pregoeiro e o termo de referência 3.3.2. Noções gerais sobre pesquisa de preços 3.3.3. Parecer jurídico 3.3.4. Edital 4.4. FASE EXTERNA 4.4.1. Publicação do edital 4.4.1.1. Prazos 4.4.1.2. Apresentação da proposta 4.4.1.3. Impugnações e esclarecimentos 4.4.1.4. Modificação do edital 4.4.1.5. Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) 4.4.2. Sessão Pública 4.4.3. Tipo de julgamento 4.4.4. Modos de disputa 4.4.4.1. Vantagens e desvantagens dos modos de disputa 4.4.5. Intervalo mínimo 4.4.6. Lances 4.4.6.1. Lances intermediários 4.4.6.2. Exclusão de lances 4.4.7. Critérios de julgamento 4.4.8. Valor estimado e valor máximo 4.4.9. Sigilo do orçamento 4.4.10. Critérios de desempate 4.4.11. Tratamento diferenciado 4.4.12. Margem de preferência 4.4.13. Conformidade da proposta 4.4.13.1. Amostras 4.4.13.2. Análise de exequibilidade 4.4.14. Habilitação 4.4.14.1. Habilitação jurídica 4.4.14.2. Regularidade fiscal e trabalhista 4.4.14.3. Qualificação econômico-financeira 4.4.14.4. Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional 4.4.14.4.1. Exigência de vistoria 4.4.14.5. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) 4.4.14.6. CEIS/CNEP 4.4.14.7. É possível exigir documentos originais? 4.4.14.8. Principais indícios de fraude em documentação de habilitação 4.4.15. Diligência 4.4.16. Licitante coelho e o mergulho e preços 4.4.17. Negociação 4.4.18. Desistência da proposta 4.4.19. Desclassificação da proposta 4.4.19.1. Princípio do formalismo moderado 4.5. RECURSO 4.5.1. Juízo de admissibilidade 4.5.2. Prazos 4.5.3. Análise 4.5.4. Julgamento 4.5.5. Retorno de fase 4.6. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO 4.6.1. Adjudicação 4.6.2. Homologação 4.6.3. Anulação e revogação 4.7. NOÇÕES GERAIS DE SANÇÕES E SEUS EFEITOS NO PREGÃO 4.7.1. Noções gerais 4.7.2. Infrações no pregão 4.7.3. Abrangência dos efeitos 4.7.4. Desconsideração da personalidade jurídica e as ocorrências impeditivas indiretas 4.8. DISPENSA ELETRÔNICA 4.8.1. Hipóteses de utilização da Instrução Normativa nº 67/2021 4.8.2. Limites da Lei nº 14.133/2021 4.8.3. Fracionamento da despesa 4.8.4. Etapas 4.8.5. Divulgação 4.8.5.1. Prazos 4.8.6. Procedimento fracassado ou deserto 4.9. PRÁTICA DO PREGÃO ELETRÔNICO NO COMPRAS.GOV.BR 4.9.1. Inclusão e divulgação de pregão tradicional 4.9.2. Inclusão e divulgação de pregão SRP 4.9.3. Cadastro de dispensa eletrônica 4.9.4. Cadastramento de propostas 4.9.5. Configuração e operacionalização da sessão pública 4.9.6. Aceite e negociação de proposta 4.9.7. Comunicação pregoeiro fornecedor 4.9.8. Adjudicação e homologação 4.10. Jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) e orientações normativas da AGU 5. Instrução processual.